

O SR. RUI FALCÃO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, está claro que houve impedidência de alguém. A disposição do Deputado Olímpio Gomes de verificar - e nisso ele tem sido extremamente leal, exercer seu direito à obstrução - estava anunciado aos quatro ventos. A Bancada do PT fez o acordo - e está cumprindo - de votar os projetos. Não estamos pedindo verificação. Também não estamos entrando no mérito dos projetos para dizer se são relevantes ou não. Não me peça para fazer essa avaliação, para emitir opinião a respeito disso porque também não emitiram opinião a respeito dos nossos. Portanto, não estamos verificando votação, os nossos Deputados estão aqui presentes.

Se não houvesse verificação, mesmo com o quorum reduzido, esses projetos estariam sendo aprovados. Ocorre que há uma maioria governista expressiva aqui e que tem dificuldades de dar quorum, isso é evidente, quando não há projetos do Executivo para tanger essa maioria para votar. É esse o quadro que estamos vendo aqui. Inclusive, já na Sessão Ordinária, um pedido de inversão de pauta para discutir um projeto do Executivo não obteve o quorum suficiente para inverter a pauta. Já na Sessão Ordinária.

Assim, não cobrem responsabilidades do PT nesse caso. Quando fazemos obstrução, é para valer, declarada. Não estamos obstruindo. Estamos cumprindo os acordos que fizemos. Se tiver 48 Deputados, mesmo com a obstrução do Deputado Olímpio Gomes, os projetos serão aprovados. Se V. Exas. que-rem que coloquemos de plantão 20 Deputados do PT, vocês precisaríamos abrir mão de ser situação.

O SR. JOSÉ AUGUSTO - PSDB - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, acho que essa é uma questão séria. Havia um acordo, que foi votado no 1º semestre, para os projetos dos Deputados do PT e do PSOL. Há uma necessidade de que esta Casa prestigie os projetos dos Deputados. O meu projeto foi excluído, mas não é por isso que não estou aqui defendendo aqueles que têm projetos.

Cabe a nós nos organizarmos. O nosso Líder, amanhã, deveria colocar uma maioria para não precisar se render ao Deputado Olímpio Gomes. E mais, de hoje em diante, não aceito acordo do meu líder. Em qualquer projeto do Deputado Olímpio, vou ser contra, vou obstruir. Qualquer projeto dele. Estou aqui, declarando-me dessa forma.

Isso não ajuda nesta Casa. Essa questão dos projetos precisa ser respeitada. Foi feito um acordo e é preciso que ele seja respeitado por todos. Se não há isso... O Deputado Olímpio não tem o direito de discriminar nenhum Deputado. O meu projeto não foi acolhido. Não é por isso que vou quebrar esse acordo. É uma questão de respeito entre nós.

Peço que, amanhã, os líderes de bancada convoquem para que tenhamos maioria para derrotar a arrogância do Deputado Olímpio. Amanhã, espero que os nossos companheiros estejam aqui. E quero dizer o seguinte: Deputado Olímpio, o seu comportamento vai ter o troco.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, discordamos do que foi dito em relação aos projetos que os Deputados do PT tiveram aprovados nos meses de junho e julho. Tem o crivo, mas são projetos fundamentados e têm conteúdo. Posso atestar isso e temos orgulho disso.

Há censura prévia do Governo em relação a esse projeto. Até levantei esse problema no Colégio de Líderes. Quero saber o seguinte: em projetos autorizativos, os Deputados autorizam o Governo a criar um programa e eles são vetados. Nos 448 itens da pauta, existem muitos projetos que são assim.

Esse caso do Deputado Olímpio, por exemplo. Há dois anos, votamos um projeto da Deputada Rosmary Corrêa com o mesmo teor, concedendo licença-prêmio à Polícia Militar, com a sanção do Governador. Não houve o problema de se considerar a inconstitucionalidade.

Acho que falta diálogo. Falta sentar, conversar, encontrar solução e disposição para isso. Parece-me que essa não é a disposição do Governo. A minha impressão é que o plenário precisa funcionar somente na hora em que o projeto do Governador estiver pronto e acertado para ser votado. De resto, a nossa observação é que parece que não tem tido um esforço para se dialogar, para se buscar acordos para fazer esta Casa deliberar, não só os projetos do Governo, mas os outros projetos também.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, há oito anos e meio nesta Casa e agora liderando a nossa Bancada do Partido Popular Socialista, confesso que alguns Deputados foram liberados porque imaginei que aquele acordo feito na primeira semana de julho fosse cumprido. Tenho profundo respeito pelo Deputado Simão Pedro, gosto muito dele, estou há dois mandatos nesta Casa com ele. Mas gostaria que esse acordo fosse realmente cumprido.

A sessão está sendo transmitida ao vivo. Pode-se imaginar que Deputados não vieram trabalhar, o que não é verdade. V. Exa. sabe perfeitamente que no desenrolar do dia, as comissões estavam lotadas, todos estavam trabalhando. Amanhã, teremos aqui o vice-Governador, o Secretário de Transportes em audiência pública, inclusive, numa das comissões de que faço parte. Só liberei alguns Deputados da minha bancada por-que imaginava que esse acordo fosse cumprido.

Fui vereador seis anos. Estou entrando no nono ano como Deputado Estadual. Sabemos da problemática. Muitas vezes, somos cobrados. Tenho um irmão policial militar em Águas de São Pedro; tenho uma irmã professora do Estado em Piracicaba. Sei que não posso apresentar nenhum projeto que altere o orçamento do Estado, que fale em reajuste. Sei disso.

Gostaria que o Deputado, que apresentou esse projeto, revisse essa questão, conversasse com o Líder do Governo, Deputado Barros Munhoz, que é um homem aberto ao diálogo, conversasse com o Governador Serra, para que não soframos esse desgaste.

A própria imprensa tem divulgado algumas coisas, com as quais não concordo. Também sou jornalista na minha cidade, já fui correspondente de grandes jornais da cidade de São Paulo, mas entendo que neste momento o acordo deve ser cumprido.

Deputados que não estão aqui foram liberados por suas bancadas porque não houve verificação de presença na votação dos projetos do PT. Não vou entrar no mérito se esses projetos foram vetados ou não pelo Exmo. Governador José Serra, por quem eu tenho respeito, carinho e a quem cumprimento pelo grande trabalho que está fazendo neste Estado.

Neste momento, em nome da Bancada do Partido Popular Socialista - partido aliado, como é o PTB, o DEM e outros partidos na Casa -, gostaria que pudéssemos ter respeitado o nosso direito de votar os projetos, principalmente os novos Deputados que, pela primeira vez, estão com acerto nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PV - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, procurei no Regimento Interno a localização de crivo de projetos. Vi que há comissões, mas crivo não conhecia. Até procurei no Regimento.

O projeto que apresentei era simplesmente para regularizar a questão da licença-prêmio, que é complementar a um projeto apresentado pela então Deputada Rosmary Corrêa que, esse sim, gerava ônus ao Estado. Esse projeto foi aprovado, sancionado e regulamentado pelo Governador e é da mesma natureza. Para deixar muito bem claro: só os policiais militares, nenhuma outra espécie de servidor civil do Estado está perdendo a sua licença por uma simples reapreensão.

Com relação à postura do Deputado José Augusto. Deputado, esse é um juízo de valor de Vossa Excelência. Saiba que já fui bastante ameaçado na vida e nunca me intimidei. Não é agora que vou passar a me intimidar.

Tenho as minhas convicções, respeito V. Exa., vou me preparar para o seu troco, mas tenha a certeza absoluta de que não me deixo ameaçar. Pode ter absoluta certeza disso. Em quaisquer circunstâncias, sob o aspecto político, não tenho a menor preocupação porque esses cinco meses de mandato já me fez ver que esse não é o caminho e não é a carreira que gostaria de ter. Com absoluta tranquilidade.

Mas nos três anos e meio que ainda tenho para ficar nesta Casa, estarei aqui e vou discutir, e vou para os meus posicionamentos. Não temo a não ser a Deus, à minha consciência e às minhas convicções. Neste momento, as questões em relação ao meu projeto são de natureza preconceituosa, e não constitucionais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, é inquestionável que não existe a figura do crivo, como é absolutamente claro que quando o projeto é votado sem acordo não precisa passar por qualquer tipo de crivo.

Acontece que houve um acordo e a Liderança do Governo e a Base Aliada concordaram em votar esses projetos, e é por isso que houve essa triagem. Não é possível concordar em aprovar qualquer tipo de projeto, inclusive projeto que ainda que fosse votado pelo governador, colocasse o governador em maus lençóis.

Nós estamos aqui exatamente para cumprir esse papel que é do líder do governo. O papel de quem defende o governo na Assembléia Legislativa é lutar não apenas para preservar o governo, mas para aprovar os projetos bons, constitucionais e que possam ser vetados ou não pelo governo quando há um acordo para a votação. Quando não há acordo para votação é óbvio que não há crivo nenhum. Cada Deputado coloca o seu projeto em votação e vota de acordo com a sua consciência, sem passar por crivo algum obviamente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, esta é uma Casa política, de diálogo, e o PT tem razão. Até aceito a posição do PT quando aproveita o vácuo do Deputado Olímpio Gomes, que quer mostrar a sua posição, inclusive com o absurdo de votar projeto a projeto manifestando a posição.

Mas, Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao bom senso desta Casa. Falava há pouco com o Deputado Olímpio Gomes, Deputado Barros Munhoz, que poderemos caminhar para um acordo político. Esta é uma Casa de acordo, eminentemente política, que vive do diálogo. O que sinto aqui é que os ânimos se exacerbam cada vez mais. Isso não vai resultar em nada. Até parece brincadeira que eu, que sou chamado às vezes de incendiário, esteja fazendo aqui um papel de bombeiro. Estamos aqui há 40 minutos sem darmos um passo. E esta é uma Casa da conversação, onde temos de dialogar, conversar e encontrar um caminho.

Gostaria de solicitar, se o Deputado Rui Falcão me permite, a suspensão da sessão por cinco minutos, para tentarmos encontrar um caminho. Esta é uma Casa onde os corações têm de ser abertos. Estou vendo que as coisas estão caminhando para não ter negociação e acordo nenhum. E quem vai ganhar com isso? Essa é a pergunta que deixo aqui.

Portanto, Sr. Presidente, se o Deputado Rui Falcão ou Deputado Simão Pedro concordar, vamos tentar fazer uma composição. O que não pode é um faz-de-conta do Monteiro Lobato. Vota um projeto, o Deputado Olímpio Gomes pede verificação, não tem número porque imaginávamos que teríamos acordo, que é para ser cumprido. Não deixei nenhum Deputado do PTB pedir verificação quando foram votados projetos do PT.

Solicitamos então suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

O SR. RUI FALCÃO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - A despeito da proposta do Deputado Campos Machado eu, particularmente, sou favorável à negociação e ao acordo no Parlamento. Isso é da essência do Parlamento e não podia deixar sem resposta, Sr. Presidente.

Mas, no afã de fazer o acordo, o Deputado Campos Machado usou a expressão: “ O PT corre no vácuo do Deputado Olímpio Gomes”. O PT não corre no vácuo de ninguém, Deputado Campos Machado. Primeiro porque não tem esse comportamento oportunista, de aproveitar a iniciativa de alguém e se colar nela. Segundo porque, se tivémos de fazer uma corrida, queremos estar na ‘époli position’ e não no vácuo de ninguém nesta Casa. Mas sou favorável a que, com a concordância do Deputado Simão Pedro, suspendamos a sessão por cinco minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA RECLAMAÇÃO - Acabei de fazer uma proposta de braços abertos e coração escancarado. O Deputado Rui Falcão traz ao plenário uma colocação óbvia. Alguém nesta Casa tem dúvida de que o PT está felicíssimo com a situação? Alguem Deputado desta Casa, de qualquer bancada, com exceção feita ao PSOL e ao PT, duvida que a situação seja favorável ao PT, a tal ponto que o Deputado Simão Pedro, com justiça - acho legítimo -, cobrar da situação: “Cadê os Deputados da situação? Onde está a bancada aliada?” Havia necessidade da fazer essa colocação?

Se o nobre Deputado Rui Falcão concordar posso encerrar a minha manifestação e suspendermos os trabalhos por cinco minutos.

O SR. RUI FALCÃO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Eu já disse de antemão que com a concordância do nosso Líder sou favorável à suspensão dos trabalhos por cinco minutos para dialogar e ver se é possível estabelecer algum tipo de acordo com o Deputado Olímpio Gomes, que se sente preterido nas suas pretensões legítimas e gostaria de ter também um projeto incluído na pauta dos acordos. E agora V. Exa. repõe a questão de uma outra maneira: que o PT deve estar feliz com a situação.

O fato de a base aliada não estar presente não nos deixa felizes. Ao contrário, gostaríamos de ver esta Casa funcionando a pleno vapor, com novo regimento, para que pudéssemos transformar isso numa grande tribuna de debates, em que os acordos fossem feitos após os debates e na linha do que propõe V. Exa. inclusive.

Não nos considere felizes pela ausência de Deputados nesta Casa. Nós lamentamos isso. Quando cobramos não é para tirar proveito, é para ver se esta Casa fica cheia pelo menos terça, quarta e quinta-feira, quando há Ordem do Dia e votação. Na segunda e na sexta não temos Ordem do Dia. Comparecermos na segunda e na sexta, mas era de se esperar que terça, quarta e quinta-feira estivessem aqui pelo menos 80 Srs. Deputados. Hoje 63 Srs. Deputados constam na folha de presença, quorum que seria suficiente para aprovar todos os projetos aqui, mesmo com pedidos de verificação do Deputado Olímpio Gomes.

Mas penso que V.Exa. tem razão. Seria importante que suspendéssemos os trabalho em busca de entendimento.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA RECLAMAÇÃO - Eu ia responder ao Deputado Rui Falcão dizendo que quando os projetos da Bancada do PT foram apreciados e votados, só a Bancada do PT e só a Bancada do PSOL foram contempladas pela boa vontade do próprio governo. O Deputado Olímpio Gomes se encontra na mesma situação em que se encontra este Deputado e a minha bancada. Nós não temos um projeto votado.

Mas não prolongarei mais. Senão, não poderemos atender ao próprio Deputado Rui Falcão, que entende que podemos suspender os trabalhos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO COVAS - PSDB - Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças esta Presidência suspende os nossos trabalhos por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 20 horas e 58 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 03 minutos, sob a Presidência do Sr. Bruno Covas.

O SR. CONTE LOPES - PTB - Sr. Presidente, o primeiro projeto da pauta é meu. Estou quietinho como estou há 20 anos. Não falei nada, sempre cumpri acordo nesta Casa. Se houver qualquer outro tipo de acordo, eu já peço verificação no primeiro projeto que entrar em votação. Se pedir o levantamento da sessão, eu aceito, para cumprir acordo. Acho que é direito do Deputado Olímpio Gomes, mas também está no Regimento, se eu pedir o meu, se simplesmente arrumar o meu e começar a votar agora. Muito obrigado.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Sr. Presidente, até para permitir que houvesse a possibilidade do diálogo, e atendendo solicitação do Deputado Campos Machado, que pediu a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, concordei, mas não podia, enquanto Líder da Bancada do PT, deixar de dar uma resposta, quando ele afirmou que a Bancada do PT andava no vácuo da obstrução do Deputado Olímpio Gomes, já foi muito bem respondida pelo Deputado Rui Falcão. Mas, ele disse que a Bancada do PT deve estar feliz pela situação. O Deputado Rui Falcão também disse que isso não causa felicidade nenhuma. Mas, queria deixar claro que quem deve estar feliz com a situação, do nosso ponto de vista, é o Sr. Governador, é o Governo Executivo, porque esta Casa não delibera, não vota projeto do Governo, ficamos aqui discutindo e enquanto isso os seus projetos passam rapidamente pelas comissões, através dos relatores especiais, como aconteceu hoje aqui a tentativa do Governo, sem negociação nenhuma, tentou colocar na Ordem do Dia mais um projeto do Sr. Governador.

Quero deixar registrado isso. Não temos felicidade nenhuma com essa situação, a reportagem, como bem disse hoje, atinge a todos, porque o espaço da oposição para responder foi o mínimo, então, queremos que esta Casa funcione.

Já manifestamos as nossas discordâncias com relação ao método, viemos para cá hoje sem obstrução nenhuma. O Deputado tem direito de fazer a sua luta, o Governo sabendo que teria obstrução - ele deixou claro na semana passada que iria obstruir - poderia no mínimo ter feito uma mobilização, trazendo pelo menos, 40 Deputados, o suficiente para dar quorum e votar os projetos.

Não estou querendo acusar ninguém, mas há problemas, não tentem transferir isso para a Bancada do PT. Muito obrigado.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, todos nós estamos indignados, tristes, chateados, como bem disseram alguns Deputados, porque pretendemos produzir. E essa discussão acaba não chegando a nenhum ponto comum e bom para todos. Claro, que sabemos que houve acordo, os projetos do PT foram votados, e eram para ser votados mesmo, e hoje está acontecendo essa destinteligência. Percebemos que estamos já um pouco exacerbados. Amanhã, teremos o Colégio de Líderes, e vamos ter a oportunidade de conversar, conversar também com o Deputado Olímpio Gomes, que é um Deputado muito bem intencionado, e quem sabe, encontraremos um bom caminho.

Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO COVAS - PSDB - Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, lembra V. Exas. da Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 07 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 30/8/2007

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

GERALDO VIEIRA FILHO, RG nº 5590897-4, para exercer, em comissão, o cargo de Agente de Segurança Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOÃO GERALDO BAHIA.

(Decisão nº 3836/2007);

JOSE ROBERTO PRAÇA, RG nº 11927866, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de SERGIO MAURO GROSSI, ficando exonerado do cargo de Assistente Técnico Parlamentar na data de sua posse.

(Decisão nº 3837/2007);

SERGIO MAURO GROSSI, RG nº 23904017-X, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Técnico Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOSE ROBERTO PRAÇA, ficando exonerado do cargo de Auxiliar Parlamentar na data de sua posse.

(Decisão nº 3838/2007);

DECIDINDO, pela manutenção do Ato nº 23/2001 e pela designação dos servidores ELISABETE REGINA DO VALLE CALLAMAN, FERNANDO MATTIUZ, DALVA DE OLIVEIRA, MARCOS FRANCISCO DE SOUZA e ORIANA LÍDIA TOSSANI para, sob a coordenação da primeira, comporem a Comissão de Avaliação Artística da Assembléia Legislativa, criada pelo referido Ato.

(Decisão nº 3839/2007);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 30/8/2007

CESSANDO a gratificação de representação atribuída aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: ANA PAULA SANTOS
RG: 18200889-7 Matrícula: 19827
Gratificação: Assessor Técnico Parlamentar
Cessada a partir de: 03.09.2007
Nome: ANTONIO BRITO CARDOSO
RG: 9167452 Matrícula: 13563
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Cessada a partir de: 30.08.2007
Nome: ELIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
RG: 28176221-1 Matrícula: 19693
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Cessada a partir de: posse novo cargo
Nome: LUIZ HEITOR FREITAS PANUTTI
RG: 7613026 Matrícula: 14342
Gratificação: Secretário Parlamentar II
Cessada a partir de: 29.08.2007
Nome: MARISA VIEIRA MARQUES
RG: 6559192 Matrícula: 4441
Gratificação: Consultor Técnico
Cessada a partir de: 29.08.2007

ATRIBUINDO, a partir do exercício, gratificação de representação aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: ELIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
RG: 28176221-1
Gratificação: Assistente Técnico Parlamentar
Nome: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA
RG: 36453725-5
Gratificação: Secretário Parlamentar II
Nome: LINDAURA DA SILVA MACIEL
RG: 7982088-8
Gratificação: Assistente Legislativo I
Nome: SALETE DOS SANTOS
RG: 19754041-7
Gratificação: Assessor Técnico Parlamentar
Nome: SILVIO ALVES PEREIRA
RG: 20782113
Gratificação: Auxiliar Parlamentar

DEFERINDO, no Processo RG. nº 5329/78, à vista do Ato nº 14/2004, da Mesa, e considerando as informações de fls. 63/64 do Departamento de Recursos Humanos a solicitação formulada pelo Sr. AGAMENON RODRIGUES DE SIQUEIRA CAMPOS, RG. nº 5.982.010-X, matrícula nº 2254, de concessão do abono permanência instituído pela Emenda Constitucional nº 41/03, a partir de 18 de junho de 2007.

INDEFERINDO, no Processo RG. nº 3498/07, à vista do § 3º do artigo 32 do Ato n.º 01/97, da Egrégia Mesa, o pedido formulado por LUIZ ISMAEL MACHADO, RG. nº 5.409.930, através do Protocolado nº 2427/07, devendo fruir as referidas férias, nos termos do § 9º do artigo 26 do mesmo diploma legal.

DECIDINDO, no PROCESSO RGE nº 4437/07, que trata da Homologação do Pregão Presencial nº 36/2007, que tem por objeto contratação de empresa especializada para o fornecimento, com instalação, de aparelhos de ar condicionado de janela, consoante especificações constantes do Memorial Descritivo (Anexo IV), Proposta Comercial (Anexo V) na minuta de Contrato (Anexo VI) que integram o Edital, observadas as exigências da Lei Complementar nº 101/2000, consoante prescreve seu art. 16, II:

I - **HOMOLOGAR** o certame licitatório e a respectiva adjudicação do objeto procedida pelo Pregoeiro em sua Quadragésima Primeira Reunião Ordinária do Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico (fls. 227/232), consoante publicado na Internet (fls. 233) e no Diário Oficial do Estado de 29 de agosto do corrente ano (fls. 235), para a empresa FRESCAR - Comércio e Serviços de Ar Condicionado Ltda.;

II - **AUTORIZAR** a realização das despesas decorrentes no valor de R\$ 83.350,00 (oitenta e três mil, trezentos e cinquenta reais), nos termos da reserva efetuada pelo Departamento de Finanças à fls. 243/244;

III - **CONVOCAR** a licitante vencedora para assinar o contrato relativo ao objeto adjudicado, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento do referido instrumento, conforme subitem 11.2 do Edital (fls. 94).

DECIDINDO, no PROCESSO RGE nº 1921/2007, que trata da Homologação - Pregão Presencial nº 34/07, do Tipo Menor Preço, que tem por objeto a contratação de serviços securitários no ramo de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, quebra de vidro, vendaval/granizo e fumaça, tumultos/greves, impacto de veículos/queda de aeronaves, alagamento, para cobertura do Edifício Sede da ALESP e seus anexos e contra roubo, furto e acidentes para equipamentos de Rádio e TV e equipamentos móveis, sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo (Anexo III), da Minuta de Proposta Comercial (Anexo IV) e da Minuta de Instrumento de Contrato (Anexo V), que integram o Edital, constatada a observância dos ditames da Lei Complementar Federal nº101/2000, em especial as prescrições do seu artigo 16:

I - **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório e respectiva adjudicação do objeto para a empresa ACE SEGURADORA S/A, nos termos das Atas dos elementos contidos nas 39ª e 40ª Reuniões Ordinárias do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico, juntadas às fls. 483/487, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 29 de agosto de 2007 (fls. 506) e na internet (fls. 507);

II - **AUTORIZAR** a realização das despesas decorrentes, no valor total de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), nos termos da reserva efetuada pelo Departamento de Finanças, a fls. 512;

III - **CONVOCAR** a empresa mencionada no item I para assinar o correspondente instrumento de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação da presente decisão, nos termos do item 10.2 do Edital de Pregão;

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO: RGE Nº 2160/07
CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONTRATADA: PLENA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: EXECUÇÃO DE REFORMA DE 04 (QUATRO) SALAS LOCALIZADAS NA ALESP.
VIGÊNCIA: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS.
VALOR: R\$ 15.567,89 (QUINZE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)
RECURSOS ELEMENTO ECONÔMICO: 339039 E 339030 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E MATERIAL DE CONSUMO ASSINATURA:24/08/2007
DF - DIVISÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

DE 29/08/2007

INDEFERINDO, no Processo RG. nº 2272/81, à vista do Parecer nº 244-2/07, da Procuradoria, formulado pelo ex-servidor ROSALVO VIEIRA DE SOUZA, RG nº 3.941.325, o pagamento de valores referentes a férias em pecúnia não gozadas, em virtude da ocorrência de prescrição.

DECISÃO DO PREGOEIRO

DE 30/8/2007

NO PROCESSO RGE nº 2692/07 (Pregão Presencial nº 38/07), o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de esgotamento e limpeza das instalações de coleta do esgoto sanitário do Palácio 9 de Julho, pelo período de 24 meses, sob regime de empreitada por preço global, o Sr. Pregoeiro DECIDIU: 1) CLASSIFICAR as empresas SANEJETS ENGENHARIA CIVIL E SANEAMENTOS LTDA. como 1ª colocada, SANIT ENGENHARIA LTDA. como 2ª colocada e SAN DIEGO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA como 3ª colocada, por apresentarem propostas comerciais em conformidade com os termos do Edital; 2) DECLARAR FRACASSADO, por ser considerado inaceitável o preço obtido, apresentando-se excessivo.

COMUNICADO DO PREGOEIRO

DE 30/8/2007

Acha-se aberta, com instrumento convocatório para ser retirado na Comissão Permanente de Licitação, sala T-71, andar térreo do “Palácio 9 de Julho”, situado na Av. Pedro Álvares Cabral, 201, CEP 04097-900, telefones (11) 3886-6521 e 3886-6872, no horário das 12 às 19 h, a seguinte licitação: Convite nº 03/2007 - Processo RGE nº 4335/07

Objeto: contratação de empresa especializada para ministrar curso de aperfeiçoamento em planejamento e orçamento público nas dependências da ALESP.

Abertura: 13/09/07, às 14h00min

Local: Comissão Permanente de Licitação - sala T-71.

Observação:

O edital estará disponível também na Internet (www.al.sp.gov.br).